

SOCIEDADE ANÔNIMA DE ELETRIFICAÇÃO DA PARAÍBA
SAELPA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2004
OBJETO DE PUBLICAÇÃO

Relatório da Administração

Senhores acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório de nossas atividades em 2004, acompanhado das demonstrações financeiras correspondentes.

1. Considerações gerais

Em 2004, a Saelpa manteve-se firme em seu propósito de integrar-se aos esforços empreendidos conjuntamente pelos governos estadual e municipal, empresas, organizações e sociedade civil, para fomentar o desenvolvimento econômico e social do Estado e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida dos paraibanos.

Assim, a empresa – responsável que é pelo fornecimento de um serviço essencial à população –, em consonância com as diretrizes emanadas de sua missão, jamais perdeu de vista seu compromisso de suprir o mercado com energia elétrica de qualidade, alcançar a excelência em sua prestação de serviços, tendo em vista o objetivo primordial de satisfazer cada vez mais seus consumidores e gerar valor para seus acionistas.

Como resultado desse esforço permanente, traduzido em sua política de investimento contínuo no aprimoramento de suas condições físicas, operacionais e humanas, a Saelpa – dentre as distribuidoras com mais de 400 mil consumidores – foi novamente agraciada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica com o Prêmio Abradee, desta vez na categoria Qualidade da Gestão.

Além do Prêmio Abradee, a empresa contabilizou outras conquistas: o Prêmio Paraibano da Qualidade – Ciclo 2004 (na categoria Qualidade da Gestão), concedido pelo Sebrae, que corrobora a excelência não apenas do modelo de gestão adotado na empresa, mas também o alto padrão de qualidade de sua prestação de serviços; o Prêmio CNI 2004 – Região Nordeste (categoria: Interação Universidade/Indústria; modalidade: Capacitação Empresarial); o Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia 2004, concedido pelo Procel/Eletrobrás, com o Projeto Irrigação Eficiente; e, outros, em reconhecimento à sua atuação na área cultural, por meio das ações desenvolvidas na Usina Cultural Saelpa, e a conseqüente contribuição para o desenvolvimento do turismo no Estado.

2. Mercado de energia elétrica

Apesar do impacto (50,9 GWh) decorrente da perda de dois consumidores industriais, que optaram ingressar no mercado de energia livre a partir de outubro de 2004, as vendas de energia a consumidores finais da Saelpa, no exercício, atingiram 2.294 GWh, apresentando crescimento de 1,1% em relação a 2003.

O segmento rural destacou-se ao atingir taxa de crescimento de 21,4%, reflexo, inclusive, das ações voltadas para o cumprimento do Programa de Universalização dos Serviços de Energia Elétrica.

Dentre as demais categorias de consumo, as classes residencial e comercial, apresentaram índices de crescimento mais discretos, de 3,1% e 1,0%, respectivamente, enquanto na industrial verificou-se retração de 1,7% no consumo, decorrente da migração de consumidores para o mercado livre. Vale ressaltar, entretanto, que considerando no balanço energético da Saelpa a energia demandada no mercado pelos referidos consumidores livres, o consumo industrial de energia na área de concessão da empresa passa a refletir um importante aumento de 5,8% e o consumo total um incremento de 3,3%. Importante também lembrar que a Saelpa passou a faturar desses consumidores os encargos de uso do sistema de distribuição, o que torna pouco relevante os impactos financeiros decorrentes dessa perda de consumidores.

Ao final do exercício, a empresa contabilizava 863.795 consumidores, 4,4% acima do verificado no ano anterior.

3. Investimentos

Os investimentos realizados em 2004, no total de R\$69.489 mil, foram alocados de modo particular na área de distribuição de energia elétrica, que recebeu 96% do montante aplicado. O direcionamento de parte tão expressiva dos recursos para essa área evidencia o compromisso da Saelpa de otimizar as condições técnicas e operacionais de seu sistema elétrico, visando, em última análise, a plena satisfação dos consumidores.

Dentre as principais realizações no exercício, cabe destacar a inauguração da Subestação Ibiara, de 69/13,8 kV, totalmente automatizada, que beneficia seis municípios da região do Alto Sertão paraibano. Sua energização, além de implicar significativa redução de perdas técnicas, equivalentes a 3.800 MWh por ano, contribuiu para garantir as condições necessárias ao suprimento da demanda crescente do mercado de energia da região.

Ainda no que se refere a obras e melhorias na rede, merecem também registro: a conclusão da linha de transmissão Itaporanga / Ibiara, de 69 kV; a correção de trechos com altura insuficiente de cabos em 16 linhas de distribuição em 69 kV em todo o Estado; a automação de 11 subestações, elevando-se para 37 o número de subestações inteiramente automatizadas, o que representa 71% das 57 subestações existentes no Estado; a ampliação e reforma de 12 subestações; a instalação de 511 novos transformadores e de 6.842 postes; a construção de cerca de 529 km de redes urbanas e rurais, com destaque para a construção dos alimentadores Sousa/Santa Cruz e Pitimbú e de dois alimentadores, em rede compacta, ligando a SE Cabedelo à cidade de Cabedelo; a reforma dos alimentadores Itabaiana/Mogéiro, Areia/Alagoa Grande e Areia/Mulungú; a instalação de religadores e a reforma do sistema de distribuição da região de Bonito de Santa Fé – beneficiando os municípios de Monte Horebe, São José de Caiana e Serra Grande – e o início da construção da linha de distribuição em 69 kV Coremas / São Gonçalo, bem como da SE Bananeiras.

A despeito desses relevantes investimentos e das melhorias efetuadas no sistema elétrico da empresa, os indicadores de qualidade de fornecimento de energia – DEC e FEC, apresentaram elevação com relação a 2003, devido às fortes chuvas que atingiram o Estado, no primeiro trimestre do ano. O DEC anual foi de 38,14 horas, enquanto o FEC atingiu 14,14 vezes.

Destaque-se, além disso, os investimentos para implantação do sistema de gerência de redes – SGD, e programa de universalização de consumidores urbanos e rurais, com a efetiva participação da empresa no Programa Luz para Todos, em parceria com os governos federal e estadual.

4. Desempenho comercial

Consolidado o Modelo de Sistema de Gestão implantado em 2002, a SAELPA, empenhada em otimizar seu desempenho comercial em 2004, redobrou esforços para reduzir seus índices de pendente e inadimplência. Nesse sentido, desenvolveu várias iniciativas, com destaque para: a campanha “*Conversando a gente se entende*”, que possibilitou a concretização de negociações no montante aproximado de R\$6 milhões; a contratação – para atuar junto a unidades consumidoras desligadas na Regional Centro e Oeste – de empresa de cobrança terceirizada, que, aliada à empresa de cobrança que já atuava no Regional Leste, contribuiu para contabilizar, ao final do exercício de 2004, um total equivalente a R\$8,5 milhões; a contratação de escritório terceirizado de advocacia, para viabilizar a recuperação de créditos junto ao poder público municipal, parceria esta que resultou em negociações envolvendo aproximadamente R\$3,4 milhões em 2004.

No geral, as iniciativas concretizadas neste exercício para reduzir o pendente e a inadimplência propiciaram redução de 11% e de 25%, respectivamente, em relação ao ano anterior. O índice de inadimplência passou de 7,59%, em 2003, para 5,67%, em 2004.

Atenção especial também foi dada à questão das perdas comerciais, com a realização de ações significativas em 2004. Ao longo do exercício, vale registrar que 48.618 unidades consumidoras dos grupos A e B foram inspecionadas e instalados 7.831 padrões de medição externos, contemplando os principais segmentos de clientes. Foram também regularizadas 2.948 unidades consumidoras na zona urbana (146% acima do previsto) e eliminadas 1.107 ligações clandestinas na área rural. No total, foram recuperados 13.784 MWh e agregados 20.644 MWh de energia, o que contribuiu para redução do índice de perdas totais da Saelpa de 20,7%, em 2003, para 20,4% em 2004.

Merece destaque o desenvolvimento e implantação de modernos softwares relacionados à localização e priorização das inspeções em clientes, com vistas à localização de fraudes e outras perdas comerciais. Mediante a aplicação de técnicas de Business Intelligence ao processo de priorização das inspeções, os índices de produtividade têm sido crescentes, comprovando a eficácia das ferramentas.

Destaque também para a inauguração, em João Pessoa, da primeira Delegacia Especial de Serviços Concedidos, parceria entre a Saelpa e o Governo do Estado, visando a adoção de medidas mais rápidas e eficientes, na esfera legal, contra os fraudadores de energia elétrica.

Na área de atendimento merece destaque a ampliação e modernização do Call Center da empresa, totalmente compatível com as nova regulamentação da ANEEL e capaz de atender a todas as solicitações dos clientes de forma rápida e confortável. Atualmente, mais de 80% dos atendimentos feito aos clientes já é feito através do Call Center.

5. Recursos Humanos

A Saelpa continuou a investir na capacitação de seu quadro funcional, tendo computado, ao final do exercício, 82.806 homens-hora treinados, ou seja, 56,22 horas de treinamento por cada empregado. Além disso, vários colaboradores continuaram participando do Programa de Desenvolvimento Gerencial (MBA), realizado nas empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina, sob a coordenação da Fundação Getúlio Vargas.

Outras iniciativas importantes foram também concretizadas, dentre as quais: o Programa de Desenvolvimento de Lideranças – PDL, implementado em outubro, com a participação de todos os supervisores, além de outros funcionários que exercem funções de liderança na empresa; e o Programa de Incentivos, que, iniciado em final de fevereiro, tem como objetivo motivar os funcionários, reconhecer e premiar boas idéias e práticas, valorizá-las e, se for o caso, incorporá-las à rotina funcional. Considerado um sucesso, o programa contabilizou mais de 200 sugestões, 59 das quais premiadas, com base em critérios como, criatividade, objetividade, viabilidade, etc. Adicionalmente foi implantado o Programa de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR), de acordo com a Lei 10.010, de 19/12/2000, onde diversas diretrizes estratégicas e gerenciais serão anualmente estabelecidas junto aos representantes dos empregados.

A Saelpa passou também a estruturar, a partir de setembro, o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração, tendo em vista aprimorar suas ferramentas administrativas, compatibilizando-as com as novas premissas de gestão mais ágil e flexível, voltada para os resultados e a valorização de seu capital humano.

Além disso, em janeiro, em parceria com Grupo de Sistemas de Energia Elétrica – GSEE, da Universidade Federal de Pernambuco, iniciou-se a implantação, em áreas piloto da empresa, do Modelo Integrado de Manutenção – MIM, projeto que deverá ser concluído no prazo de dois anos.

Na área de segurança, deu-se continuidade às ações do Projeto Segurança Máxima e, assim como ocorreu nas demais empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina, foi lançado o Manual de Gestão da Prevenção de Acidentes do Trabalho na Saelpa, tendo a empresa também participado da elaboração dos Procedimentos de Operação (PRO) e de Execução (PRE). Ao final do exercício, o Coeficiente de Segurança do Trabalho (CST) acumulado foi equivalente a 31,61, o que representa redução de 3,6% em relação ao ano anterior.

6. Resultados econômico-financeiros

A receita operacional bruta de fornecimento e serviços de energia da Saelpa atingiu R\$571.624 mil em 2004, significando um acréscimo de 24,4% em relação a de 2003. A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA (resultado dos serviços mais depreciação mais receita de acréscimos moratórios mais provisões para contingências e devedores duvidosos), totalizou R\$109.932 mil, o que representa um aumento de 19,3% em relação a de 2003. Por sua vez, o lucro líquido foi de R\$20.886 mil, contra R\$35.984 mil em 2003.

Importante ressaltar que o resultado de 2004 está afetado por eventos extraordinários, tais como: (i) acerto judicial de alguns processos no âmbito cível e trabalhista que impactaram o resultado em R\$3.520 mil; (ii) recálculo das subvenções de baixa renda do período maio de 2002 a outubro de 2004, reembolsada através da Eletrobrás, conforme Resolução Normativa da ANEEL nº 89, que resultou em provisões no montante de R\$2.962 mil (iii) a utilização de critérios mais rígidos para constituição de provisões para devedores duvidosos, notadamente do setor público, que impactou o resultado em R\$10.876 mil; e (iv) constituição de provisões para contingências no total de R\$5.598 mil.

Conseqüentemente, o patrimônio líquido aumentou de R\$161.847 mil, em dezembro de 2003, para R\$188.552 mil, em dezembro de 2004. Esse patrimônio representa R\$0,26 por ação do capital social da Saelpa.

Demonstração do Fluxo de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003

	2004	2003
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de clientes	594.076	472.923
(+) Outros recebimentos	3.492	1.148
(-) Fornecedores	289.085	191.242
(-) Salários e encargos sociais	43.003	37.492
(-) Impostos e contribuições	180.621	163.011
(-) Outras despesas	31.433	19.581
(=) Variação de caixa das atividades operacionais	53.426	62.745
Atividades de investimentos		
(-) Aquisição de imobilizado	40.629	27.605
(=) Variação de caixa das atividades de investimentos	(40.629)	(27.605)
Atividades de empréstimos e financiamentos		
(+) Empréstimos e financiamentos obtidos	84.529	128.716
(+) Outros	-	800
(-) Serviço da dívida:	94.995	156.583
(=) Variação de caixa das atividades de empréstimos e financiamentos	(10.466)	(27.067)
Aumento (diminuição) do saldo líquido de caixa	2.331	8.073
Saldo de caixa no início do exercício	14.869	6.796
Saldo de caixa no final do exercício	17.200	14.869

Demonstração do valor adicionado – DVA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003
(em milhares de reais)

	2004	2003
1- GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas de vendas de energia e serviços	571.624	459.656
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.876)	9.465
Resultado não operacional	606	(286)
Menos Insumos :		
Custo da energia comprada para revenda	181.401	165.527
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	33.898	28.831
Serviços de terceiros	26.118	22.803
Material	6.424	5.406
Conta de Consumo de Combustível - CCC	23.408	11.362
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	1.992	695
Outros custos operacionais	16.389	1.794
	<u>289.630</u>	<u>236.418</u>
2- VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>271.724</u>	<u>232.417</u>
Quotas de reintegrações	18.653	17.284
3- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	<u>253.071</u>	<u>215.133</u>
4- VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO		
Receitas financeiras	45.930	60.320
5- VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>299.001</u>	<u>275.453</u>
6- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remunerações	33.445	27.921
Entidade de Previdência Privada	7.346	3.202
Participações nos lucros	-	559
Governo		
INSS	3.810	3.378
ICMS	100.370	82.303
Imposto de renda, Contribuição Social, PIS e Cofins	57.819	45.869
RGR – Quota para Reserva Global de Reversão	4.655	4.325
Outros	3.828	3.198
Financiadores		
Juros	65.020	66.570
Aluguéis	1.822	2.144
Acionistas		
Absorção de prejuízos	20.886	35.984
	<u>299.001</u>	<u>275.453</u>

7. Responsabilidade social

Em 2004, a política de responsabilidade social implantada pela Saelpa teve desdobramentos positivos. Tanto é que a Saelpa foi agraciada com o Prêmio Heitor Falcão 2004, por sua atuação nessa área, e a Usina Cultural Saelpa, considerada “patrimônio cultural”, recebeu o Prêmio Abrajat 2004, concedido pela Associação de Jornalistas de Turismo – Seção Paraíba, pelo incremento que esse equipamento cultural tem dado ao turismo paraibano.

Ao longo do ano, a Usina Cultural Saelpa expandiu sua atuação, ampliando projetos como a Oficina de Dança (destinada a alunos da rede pública de ensino), aumentando o número de participantes, abrigando em suas dependências mostras de artes visuais (pintura, desenho, fotografia, instalação etc.), lançamentos de livros (uma média de três livros por mês) e espetáculos musicais.

Afora as ações desenvolvidas na Usina Cultural, a Saelpa patrocinou festas regionais, eventos e programas de cunho social, atletas como o nadador olímpico paraibano Kaio Márcio, além de entidades como a Associação da Indústria do Vestuário da Paraíba, que reúne empresas de confecção de pequeno e médio porte. A empresa apoiou ainda o Hospital Napoleão Laureano - destinado a portadores de câncer -, a construção do Hospital de Olhos Lions Clube e a campanha nacional Natal Sem Fome. O investimento de quase R\$ 1,5 milhão no programa Irrigação Eficiente, na área de meio ambiente, valeu a Saelpa o Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia (Eletrobrás/Procel), na categoria Empresas do Setor Elétrico.

Tantas e tão variadas realizações têm contribuído não apenas para consolidar a política de responsabilidade social da empresa, mas também para conferir-lhe posição de destaque no Estado como empresa cidadã, comprometida com o desenvolvimento econômico-social e cultural da Paraíba.

A seguir, indicadores financeiros relativos ao desempenho econômico - social da Saelpa:

Balanco Social

1. Indicadores econômico-financeiros (R\$ mil)	2004	2003
1.1 - Receita Operacional Líquida	420.254	349.287
1.2 - Lucro Operacional	29.761	55.513
1.3 - Folha de Pagamento	27.601	24.044
2. Indicadores Laborais (R\$ mil)		
2.1 - Alimentação	4.693	3.855
2.2 - Encargos Sociais	7.472	7.232
2.3 - Previdência Privada	7.351	2.150
2.4 - Saúde	784	480
2.5 - Educação	758	397
2.6 - Outros Benefícios	927	1.388
Total - Indicadores Laborais (2.1 a 2.6)	21.985	15.502
3. Indicadores e Investimentos Sociais (R\$ mil)		
3.1 - Impostos (excluídos encargos sociais)	162.017	131.370
3.2 - Contribuição p/a Sociedade/Investimentos na Cidadania	1.114	455
3.3 – Investimentos em Meio Ambiente	-	-
3.4 - Programa Luz para Todos	3.133	-
3.5 - Programa de eficiência energética, pesquisa e desenvolvimento	2.860	1.439
Total - Indicadores e Investimentos Sociais (3.1 a 3.5)	169.124	133.264
4. Indicadores do Corpo Funcional		
4.1 - Nº de empregados ao final do período	1.630	1.536
4.2 - Nº de admissões durante o período	205	458

A Administração.

Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial - Ativo

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003

(Em milhares de reais)

ATIVO	<u>2004</u>	<u>2003</u>
CIRCULANTE		
Disponibilidades	13.297	14.163
Aplicações no mercado aberto	3.903	706
Consumidores e concessionárias	126.745	116.774
Títulos de créditos a receber	46.469	29.976
Créditos renegociados	7.904	7.810
Recomposição tarifária extraordinária	21.030	21.125
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(47.681)	(36.856)
Estoques	771	1.041
Impostos a recuperar	10.679	10.041
Despesas pagas antecipadamente	19.326	11.300
Outros créditos	8.163	6.725
	<u>210.606</u>	<u>182.805</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Recomposição tarifária extraordinária	41.804	51.657
Títulos de créditos a receber	29.687	29.940
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.040)	(3.074)
Créditos renegociados	59.963	63.248
Créditos com partes relacionadas	29.702	47.740
Impostos a recuperar	7.846	3.645
Créditos tributários	92.739	90.817
Depósitos judiciais	34.200	21.656
Despesas pagas antecipadamente	7.990	2.879
Outros	4.121	9.871
	<u>301.012</u>	<u>318.379</u>
PERMANENTE		
Investimentos	105	105
Imobilizado	249.717	226.855
Diferido	2.562	2.596
	<u>252.384</u>	<u>229.556</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>764.002</u>	<u>730.740</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial - Passivo

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003 (Em milhares de reais)

PASSIVO	2004	2003
CIRCULANTE		
Fornecedores	71.061	71.538
Encargos de dívidas	1.984	870
Empréstimos e financiamentos	111.743	81.162
Folha de pagamento	1.381	1.465
Tributos e contribuições sociais	32.495	20.705
Parcelamento de impostos	16.464	15.282
Obrigações estimadas	3.622	3.320
Encargos do consumidor a recolher	3.057	462
Taxa de iluminação pública arrecadada	1.996	3.122
Provisões do deficit atuarial da Funasa	7.042	4.591
Outras contas a pagar	10.279	16.031
	261.124	218.548
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Fornecedores	21.484	22.814
Empréstimos e financiamentos	43.954	57.067
Tributos e contribuições sociais	11.407	14.023
Parcelamento de impostos	109.863	114.967
Débitos com partes relacionadas	23.629	40.800
Provisões para contingências	81.631	74.113
Deficit atuarial da Funasa	20.384	19.764
Outros	1.974	6.797
	314.326	350.345
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	181.401	181.401
Reservas de capital	8.814	2.995
Prejuízos acumulados	(1.663)	(22.549)
	188.552	161.847
TOTAL DO PASSIVO	764.002	730.740

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultado

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003
 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Receita operacional		
Fornecimento de energia elétrica	553.338	451.161
Suprimento de energia elétrica	9.490	4.949
Outras Receitas Operacionais	<u>8.796</u>	<u>3.546</u>
	<u>571.624</u>	<u>459.656</u>
Deduções da receita operacional		
ICMS	100.370	82.303
PIS	8.156	8.021
COFINS	38.163	15.708
ISS	26	12
Quotas para RGR	<u>4.655</u>	<u>4.325</u>
	<u>151.370</u>	<u>110.369</u>
Receita operacional líquida	<u>420.254</u>	<u>349.287</u>
Custo do serviço de energia elétrica		
Custo com energia elétrica	215.299	194.358
Energia elétrica comprada para revenda	181.401	165.527
Encargos de uso do sist. de transm. e distribuição	33.898	28.831
Custo de operação	79.132	59.254
Pessoal e administradores	13.919	14.093
Entidade de previdencia privada	2.819	2.083
Material	2.936	2.921
Serviços de terceiros	9.512	8.709
Conta de consumo de combustível - CCC	23.408	11.362
Conta de desenvolvimento energético - CDE	1.992	695
Depreciação e amortização	16.450	14.979
Provisão para contingências	4.806	3.901
Outras	3.290	511
Custo do serviço prestado a terceiros	2.676	1.322
	<u>297.107</u>	<u>254.934</u>
Lucro operacional bruto	<u>123.147</u>	<u>94.353</u>
Despesas operacionais		
Despesas com vendas	34.542	9.488
Despesas gerais e administrativas	<u>33.933</u>	<u>16.460</u>
	<u>68.475</u>	<u>25.948</u>
Resultado do serviço	<u>54.672</u>	<u>68.405</u>
Receitas (despesas) financeiras		
Receita de aplicações financeiras	307	105
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	20.133	16.449
Encargos de dívidas	(38.737)	(46.112)
(-) Transferência para obras em curso	2.919	3.935
Outras receitas (despesas)	<u>(9.533)</u>	<u>12.731</u>
	<u>(24.911)</u>	<u>(12.892)</u>
Resultado operacional	<u>29.761</u>	<u>55.513</u>
Resultado não operacional		
Receita não operacional	2.504	1.116
Despesa não operacional	<u>1.898</u>	<u>1.402</u>
	<u>606</u>	<u>(286)</u>
Lucro antes da contribuição social, imposto de renda, das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio	<u>30.367</u>	<u>55.227</u>
Contribuição social	(2.408)	(4.934)
Imposto de renda	<u>(7.073)</u>	<u>(13.750)</u>
Lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio	<u>20.886</u>	<u>36.543</u>
Participações	-	(559)
Lucro líquido do exercício	<u>20.886</u>	<u>35.984</u>
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u>28,56</u>	<u>49,21</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos

**DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003**
 (Em milhares de reais)

	2004	2003
Origens de recursos		
Nas Operações		
Lucro líquido do exercício	20.886	35.984
Receitas (despesas) que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciação e amortização	18.653	17.284
Juros e variações monetárias de itens de longo prazo	(337)	(171)
Provisão (reversão) de contingências	5.598	(495)
Créditos tributários	(1.922)	-
Efeitos regulatórios do Pis e Cofins	(5.322)	-
Redução de imposto de renda - incentivo fiscal	5.819	-
Valor residual de itens de ativo permanentes baixados	2.186	451
	45.561	53.053
De Terceiros		
Financiamentos captados	43.134	60.868
Parcelamento de Impostos	-	67.220
Contribuição do consumidor	22.922	1.529
Subvenção da União - recursos CDE	2.900	-
Redução do realizável a longo prazo	45.769	-
Aumento do exigível a longo prazo	-	41.978
	114.725	171.595
Total das origens	160.286	224.648
Aplicações de recursos		
Outras aplicações		
No imobilizado	68.833	28.194
No diferido	656	1.292
No realizável a longo prazo	-	82.905
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	105.572	65.406
Total das aplicações	175.061	177.797
Aumento (redução) do capital circulante líquido	(14.775)	46.851
Demonstração da variação do capital circulante líquido		
Ativo circulante		
No início do exercício	182.805	193.953
No fim do exercício	210.606	182.805
	27.801	(11.148)
Passivo circulante		
No início do exercício	218.548	276.547
No fim do exercício	261.124	218.548
	42.576	(57.999)
Aumento (redução) do capital circulante líquido	(14.775)	46.851

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de Capital		Prejuízos acumulados	Total
		Remuneração das imobilizações em curso	Redução de imposto de renda		
Saldos em 01 de janeiro de 2003	181.401	2.995	-	(58.533)	125.863
Lucro líquido do exercício	-	-	-	35.984	35.984
Saldos em 31 de dezembro de 2003	181.401	2.995	-	(22.549)	161.847
Incentivo Fiscal - Laudos constitutivos - Adene 112 e 113/04	-	-	5.819	-	5.819
Lucro líquido do exercício	-	-	-	20.886	20.886
Saldos em 31 de dezembro de 2004	181.401	2.995	5.819	(1.663)	188.552

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003

(Em milhares de reais)

1 Contexto Operacional

A Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba - SAELPA é uma concessionária de energia elétrica, que atua em 216 municípios do Estado da Paraíba, atendendo a aproximadamente 864 mil consumidores (não auditado pelos auditores independentes).

A SAELPA é controlada (87,63% do capital votante e 74,29% do capital total), pela PBpart - SE 2 Ltda., empresa de propósito específico controlada pela Empresa Energética de Sergipe S.A.– ENERGEIPE.

A SAELPA apresentava o capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2004 de R\$50.518 (R\$35.743 em 2003). Em 2003, a Companhia e as demais empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina concluíram o processo de reestruturação dos seus endividamentos, com o alongamento de dívidas bancárias, com fornecedores, acionistas e fiscais. As agências de rating melhoraram a percepção de riscos das empresas do sistema Cataguazes-Leopoldina. A SR Rating reviu o rating corporativo da Cataguazes-Leopoldina, concedendo *upgrade* para “brA-“, e a Standard & Poors ratificou o rating de crédito corporativo em “brBBB+”. A redução das taxas básicas de juros em comparação com o exercício de 2003, contribuiu para a gradual redução dos custos financeiros das dívidas e, dessa forma, na melhoria do fluxo de caixa e do resultado operacional das empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina. Nessa linha, já se pode constatar uma melhoria nos indicadores econômico-financeiros da Saelpa.

Não obstante a essa evolução favorável, a Administração está empenhada na melhoria da estrutura de capital da Companhia, buscando instrumento que permita reduzir ainda mais os custos das dívidas de curto prazo e, conseqüentemente, proporcionar um alongamento natural do seu perfil, o que, juntamente com a geração de lucros, previstos nos orçamentos e projeções internas, deverão ser suficientes para adequar a sua liquidez, reduzindo, substancialmente, as necessidades de refinanciamentos dos passivos.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, normas e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, preponderantemente o “Manual de Contabilidade de Serviço Público de Energia Elétrica”, de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2002.

3 Sumário das principais práticas contábeis

a) As aplicações no mercado aberto estão representadas por aplicações em fundos de curto prazo e certificados de depósitos bancários que estão registrados pelos valores atualizados na data do balanço;

b) Consumidores e concessionárias engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada por estimativa, até o encerramento do balanço, reconhecidas pelo regime de competência;

c) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos e levando em conta as instruções da ANEEL;

d) Os estoques estão valorizados ao custo médio de aquisição, que não excede o seu valor de mercado;

- e) Os investimentos estão contabilizados ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995;
- f) O imobilizado está demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As adições, a partir desta data, estão contabilizadas ao custo. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens, conforme descrito à nota nº 14 e são debitadas ao resultado do exercício ou ao custo das imobilizações em curso;
- g) Os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, foram capitalizados e estão registrados neste subgrupo como custo. A SAELPA optou por não mais capitalizar os juros sobre os investimentos em imobilizado em curso financiados com recursos próprios a partir de 2000;
- h) O diferido está representado basicamente, pelo custo de aquisição de software de manutenção de sistema corporativo. A amortização está sendo realizada pelo prazo de 5 anos;
- i) Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelas taxas contratuais na data de encerramento dos exercícios;
- j) O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371/02.
- k) As contingências passivas estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- l) As receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência;
- m) Os custos associados aos planos de complementação de aposentadoria e pensão são reconhecidos pelo regime de competência, conforme Deliberação CVM nº 371/00;
- n) Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço.
- o) A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da compra e venda de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Provisão para Contingências e para o Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensões.

4 Consumidores e concessionárias

Classes de consumidores	Saldos	Vencidos					Total	
	Vincendos	até 30 dias	de 31 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 180 a 360 dias	Há mais de 360 dias	2004	2003
Residencial	9.004	7.779	2.670	1.255	2.152	1.477	24.337	17.830
Industrial	8.846	966	362	377	741	9.213	20.505	21.181
Comércio, serviços e outras atividades	5.425	2.930	1.215	532	846	1.572	12.520	11.444
Rural	2.047	923	919	673	636	360	5.558	3.771
Poder público:								
Federal	911	383	357	312	493	1.488	3.944	4.529
Estadual	1.460	614	572	500	790	2.381	6.317	7.256
Municipal	1.042	438	408	357	564	1.700	4.509	5.179
Iluminação pública	2.175	953	1.507	1.652	2.851	13.993	23.131	22.944
Serviço público	2.694	55	78	71	132	200	3.230	3.337
Outros créditos	4.111	-	-	-	-	-	4.111	3.047
Subtotal – consumidores	37.715	15.041	8.088	5.729	9.205	32.384	108.162	100.518
Concessionárias (*)							568	183
Fornecimento não faturado							18.015	16.073
Total	37.715	15.041	8.088	5.729	9.205	32.384	126.745	116.774

(*) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE .

A Companhia constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa dos saldos vencidos de longa data, dentro dos critérios técnicos estabelecidos pela ANEEL.

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 31 de dezembro de 2004, inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE no montante de R\$429 (R\$100 em 2003), relativo ao período de setembro de 2000 a dezembro de 2004, deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2004. Esse saldo foi apurado com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE. A composição financeira desses valores, incluindo os saldos registrados no passivo circulante de R\$26 (R\$98 em 2003), referentes aos encargos de serviços do sistema, está demonstrada a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	2004	2003
Saldos a vencer	386	36
Créditos renegociados	-	15
Parcela em negociação	43	49
	429	100
(-) Encargos de serviços do sistema	(26)	(98)
	<u>403</u>	<u>2</u>

5 Recomposição tarifária extraordinária (RTE)

Com base nas disposições contidas na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, na Resolução nº 91, da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, de 21 de dezembro de 2001, e na Resolução ANEEL nº 31, de 24 de janeiro de 2002, foi instituída a recomposição tarifária extraordinária que está sendo efetivada por meio da aplicação de reajustes às tarifas de energia elétrica vigentes a partir de 31 de dezembro de 2001, assim reconhecidas pela ANEEL:

- 2,9% para os clientes residenciais e rurais (exceto baixa renda);
- 7,9% para os demais clientes.

A referida recomposição visa o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão e foi implementada para suprir as perdas observadas em decorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, durante o período compreendido entre 1 de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, a saber:

- a) Redução do consumo de energia elétrica do programa de racionamento no período (perda de receita)
- b) Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela A; e
- c) Energia Livre – energia contratada pelos geradores para atender o período do Programa Emergencial. Conforme Resolução ANEEL nº 36 de 29 de janeiro de 2003, alterada pela Resolução ANEEL nº 89 de 25 de fevereiro de 2003. Esses valores estão sendo repassados aos geradores desde março de 2003.

Através das Resoluções nº 480, 481, 482 e 483, de agosto de 2002 e da Resolução nº 1, de 12 de janeiro de 2004 da ANEEL, os valores homologados relativos à recomposição tarifária extraordinária e energia livre estão demonstrados a seguir:

	Perda de receita	Energia livre	Parcela A	Total
Resoluções nº	480/02, 481/02 e 1/04	1/04 e 45/04	482/02 e 1/04	
Valor homologado	51.342	30.326	849	82.517
Remunerações acumuladas	18.519	5.573	437	24.529
Amortizações acumuladas	(27.587)	(6.677)	-	(34.264)
Saldos em 31/12/2003	42.274	29.222	1.286	72.782
Amortização no ano	(13.078)	(9.201)	-	(22.279)
Atualização monetária no ano	6.342	5.781	208	12.331
Saldos em 31/12/2004	35.538	25.802	1.494	62.834
Parcela de curto prazo	12.184	8.846	-	21.030
Parcela de longo prazo	23.354	16.956	1.494	41.804

A Resolução ANEEL nº 484, de 29 de agosto de 2002, alterada pela Resolução ANEEL nº 1, de 12 de janeiro de 2004, estabeleceu a vigência do reajuste tarifário extraordinário – RTE nas tarifas de fornecimento de energia elétrica das concessionárias de distribuição de energia elétrica, para recomposição de perdas de receita e energia livre, pelo prazo máximo 71 meses a partir de janeiro de 2002.

A administração da Companhia baseada em projeções internas, espera realizar todos os créditos dentro dos prazos definidos por essa Resolução.

A Resolução ANEEL nº 1 de 12 de janeiro de 2004, além de rever os prazos para recomposição da perda de receita e energia livre, homologou o montante da “Parcela A” e determinou que a recuperação dos valores desta se dará pelo mecanismo equivalente da RTE, sem considerar a limitação dos prazos acima citados.

6 Programa emergencial - racionamento

As despesas incorridas para implementação do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, ocorrido em 2001 e 2002, foram homologados pela ANEEL, e estão sendo ressarcidos a partir do exercício de 2003, quando dos reajustes tarifários anuais. O saldo a amortizar estão demonstrados a seguir:

	2004	2003
Natureza do gasto:		
. Pessoal	1.239	1.239
. Material	148	148
. Serviços de terceiros	375	375
. Outros	85	85
Total dos gastos homologados pela Aneel	<u>1.847</u>	<u>1.847</u>
Valores apropriados ao resultado: (*)		
. Exercício de 2003	(636)	(636)
. Exercício de 2004	(912)	-
(=) Saldo a apropriar (**)	<u>299</u>	<u>1.211</u>

(*) Contabilizados em despesas operacionais de acordo com a natureza de gasto.

(**) Contabilizados no Realizável a Longo Prazo.

7 Subvenções a receber – baixa renda

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80kWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliado a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos.

Em decorrência de nova classificação, a SAELPA procedeu ao levantamento das perdas de receita, tendo sido apurado o montante de R\$81.951 (R\$44.275 em 2003), tendo a Eletrobrás já ressarcido a concessionária R\$76.798 (R\$39.498 em 2003). Esta receita será custeada com recursos financeiros oriundos da RGR – Reserva Global de Reversão, e da CDE Conta de Desenvolvimento Energético.

Através da Resolução Aneel nº 89 de 25 de outubro de 2004, a agência reguladora alterou a metodologia de cálculo estipulada pela Resolução nº 116 de 19 de março de 2003. Com base em dados preliminares, a Companhia optou por provisionar os valores referentes ao excesso de subvenção concedida por consequência da nova metodologia de cálculo, no montante de R\$2.962.

Como consequência, em 31 de dezembro de 2004, o saldo a receber líquido referente à subvenção de consumidores baixa renda totaliza R\$2.191 (R\$4.777 em 2003), estando registrados no balanço patrimonial na rubrica “Outros créditos”, no Ativo Circulante.

8 Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida com atualização com base na variação do IGPM mais juros de mercado. Em 31 de dezembro de 2004, estes créditos montam em R\$ 76.156 (R\$59.916 em 2003), sendo R\$46.469 (R\$29.976 em 2003) classificados no Ativo Circulante e R\$ 29.687 (R\$29.940 em 2003) classificados no Realizável a Longo Prazo.

Do montante dos Títulos de Créditos a Receber, a Companhia possui Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, constituída da ordem de R\$18.217 (R\$11.521 em 2003).

9 Créditos renegociados

Credora	Devedora	Crédito em 2004	Parcelas Mensais a Receber	Índice de Atualização Anual	Crédito em 2003
SAELPA	Cia. de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA	19.076	103	IPCA	19.852
SAELPA	Governo do Estado da Paraíba	<u>48.791</u>	103	IPCA	<u>51.206</u>
Total		<u>67.867</u>			<u>71.058</u>
Parcela de curto prazo		7.904			7.810
Parcela de longo prazo		59.963			63.248

Estes créditos, referem-se ao consumo de energia elétrica até junho de 2000, renegociados em agosto de 2003, com novas cláusulas e condições contratuais. O crédito junto à Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA tem como garantia a própria receita da CAGEPA.

10 Impostos a recuperar

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
.Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	8.443	8.548
.Imposto de Renda Retido na Fonte	297	226
.Imposto de Renda – IRPJ	2.061	2.987
.Contribuição Social Sobre o Lucro – CSSL	713	1.268
.Programa de Integração Social – PIS	1.235	491
.Contribuição para a Seguridade Social – COFINS	5.695	23
.Contribuições Previdenciárias	<u>81</u>	<u>143</u>
	<u>18.525</u>	<u>13.686</u>
Parcela de curto prazo	10.679	10.041
Parcela de longo prazo	7.846	3.645

11 Despesas pagas antecipadamente

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Efeitos regulatórios do Pis e Cofins (*)		
.PIS (dezembro de 2002 a dezembro de 2004)	1.840	-
.COFINS (fevereiro de 2004 a dezembro de 2004)	4.233	-
Prêmios de seguros	952	307
Conta de compensação dos custos da parcela A - CVA	18.329	12.222
Outros	<u>1.962</u>	<u>1.650</u>
	<u>27.316</u>	<u>14.179</u>
Parcela de curto prazo	19.326	11.300
Parcela de longo prazo	7.990	2.879

(*) Em face das alterações introduzidas pelas Leis 10.833/2003 e 10.637/2002, as quais majoraram a alíquota da COFINS de 3% para 7,6% e do PIS de 0,65% para 1,65%, a SAELPA reconheceu neste exercício os efeitos regulatórios da parcela de PIS e COFINS incorrida sem cobertura tarifária, contabilizados no realizável a longo prazo em contrapartida de deduções da receita operacional - Pis e Cofins, os quais foram atualizados pela variação do IGP-M. Esses valores estão em processo de homologação pela ANEEL e serão repassados as tarifas em prazo não superior a 36 meses.

12 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa dos exercícios de 2004 e 2003, calculadas pela aplicação das alíquotas fiscais vigentes de imposto de renda e contribuição social, é demonstrada como segue:

	2004	2003
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	30.367	55.227
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculados às alíquotas fiscais.	(10.325)	(18.777)
Ajustes:		
Itens permanentes	(351)	(51)
Outros	1.195	144
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(9.481)</u>	<u>(18.684)</u>
<u>Crédito tributário reconhecido no balanço</u>		
Prejuízos fiscais	44.481	49.470
Base negativa de contribuição social	13.459	15.107
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	26.646	20.352
Contribuição social	<u>8.153</u>	<u>5.888</u>
Total	<u>92.739</u>	<u>90.817</u>

Em atendimento às disposições contidas na Instrução CVM nº 371/2002, estima-se que as realizações dos créditos fiscais da SAELPA ocorrerão como segue:

Período	Realização dos créditos fiscais
2005	12.229
2006	14.701
2007	19.134
2008	23.872
2009	22.703
<u>Total</u>	<u>92.739</u>

13 Transações com partes relacionadas

	Pbpart SE 2	Energipe S/A	Cia. Energética da Borborema	Cia. Força e Luz Cataguazes- Leopoldina	Cia. De Eletricidade de Nova Friburgo	Pbpart Ltda	Total 2004	Total 2003
.Adiantamento e empréstimos (pagar) receber	-	(15.132)	(5.959)	29.702	(2.538)	-	6.073	6.940
.Prestação de serviços	-	-	-	(761)	-	-	(761)	(706)
.Aluguel	-	-	-	-	-	-	-	(23)
.Energia elétrica fornecida	-	-	384	-	-	-	384	2.804
.Receitas (despesas) financeiras	(1.272)	(4.041)	(1.412)	6.734	(1.350)	2.845	1.504	484

As transações de adiantamentos e empréstimos são remuneradas pela taxa média de captação junto a terceiros. No exercício a taxa de captação foi em média de CDI + 6,7% a.a. .

Os valores de venda de energia estão suportados por contratos de compra e venda de energia que foram submetidos à aprovação do Poder Concedente.

14 Imobilizado

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Imobilizado em serviço:		
Distribuição:		
Linhas, redes e subestações	388.694	339.760
Comercialização	8.888	8.938
Administração	18.349	16.937
	<u>415.931</u>	<u>365.635</u>
(-) Depreciação acumulada:		
Distribuição:		
Linhas, redes e subestações	(133.011)	(128.773)
Comercialização	(2.689)	(2.271)
Administração	(8.352)	(6.357)
	<u>(144.052)</u>	<u>(137.401)</u>
Imobilizado em curso:		
Distribuição:		
Linhas, redes e subestações	28.110	23.809
Comercialização	-	24
Administração	1.365	603
	<u>29.475</u>	<u>24.436</u>
Subtotal	<u>301.354</u>	<u>252.670</u>
Contribuições de consumidores	(48.737)	(25.815)
Subvenção da União – recursos CDE	(2.900)	-
Obrigações vinculadas à concessão	(51.637)	(25.815)
Total	<u>249.717</u>	<u>226.855</u>

Os bens e instalações utilizados na transmissão, distribuição, inclusive comercialização são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inseríveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, até a definitiva aplicação na concessão.

As obrigações vinculadas à concessão (contribuições do consumidor), representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão da SAELPA.

As subvenções da União – recursos CDE, são proveniente da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e estão destinados ao programa Luz para Todos.

As principais taxas de depreciação por macro-atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 044, de 17 de março de 1999, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)		
	Distribuição	Comercialização	Administração Central
Chaves e banco de capacitores	6,7	-	-
Condutor	5,0	-	-
Estrutura (poste, torre)	5,0	-	-
Regulador de tensão	4,8	-	-
Transformador	5,0	-	-
Religador	4,3	-	-
Luminária	7,7	-	-
Edificações obras civis e benfeitorias	4,0	4,0	4,0
Equipamento geral	10,0	10,0	10,0
Veículos	20,0	20,0	20,0

De acordo com a Instrução Contábil 6.3.10, item 4, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, foram transferidos para o ativo imobilizado, na linha de distribuição, os seguintes valores:

	Distribuição	
	2004	2003
Encargos financeiros contabilizados no resultado	38.737	46.112
(-) transferência para o imobilizado em curso	(2.919)	(3.935)
Efeito líquido no resultado	35.818	42.177

Programa Nacional de Universalização e Luz Para Todos

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Resolução nº 223 de 29 de abril de 2003, alterada pela Resolução nº 52 de 25 de março de 2004, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica visando ao atendimento de novas ligações para o fornecimento de energia elétrica a unidades consumidoras ainda não atendidas. Tal atendimento foi regulamentado pelos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que fixou as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. A Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003 alterou, então, a prioridade de atendimento aos municípios estabelecendo prioridade para atendimento aos municípios com menor índice de eletrificação e limitou esses atendimentos a apenas novas unidades, ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 kV), com carga instalada de até 50 kW.

A SAELPA, que atende a 216 municípios no Estado da Paraíba, submeteu em setembro de 2003, à ANEEL, o respectivo Plano de Universalização de Energia Elétrica a ser implementado no período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2004. O plano para atendimento ao período compreendido entre 2005 e 2008 foi apresentado em 15 de setembro de 2004. O plano para atendimento às unidades previstas para períodos subseqüentes, deverão ser apresentados até o dia 31 de março de 2005.

A ANEEL, através da Superintendência de Regulação da Comercialização da Eletricidade, publicou, em 5 de agosto de 2004, a Nota Técnica 101/2004 aprovando o Plano de Universalização da SAELPA.

Paralelamente, através do Decreto Presidencial nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, o Governo Federal instituiu, sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia – MME a ser operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS e das empresas que compõem o sistema ELETROBRÁS, o Programa “LUZ PARA TODOS” - PLT, destinado a propiciar, até o ano 2008, o atendimento com energia elétrica à toda a parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço. De acordo com art. 2º do citado Decreto, os recursos necessários para o custeio do Programa serão oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, instituída como subvenção econômica pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, da Reserva Global de Reversão RGR, instituída pela Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, de agentes do setor elétrico, da participação dos Estados, Municípios e outros destinados ao Programa. A Portaria Ministerial nº 38, emitida em 9 de março de 2004, publicou o Manual de Operacionalização do PLT, tendo sido revogada pela Portaria nº 447, de 31 de dezembro de 2004, que aprovou a revisão do citado Manual de Operacionalização, o qual estabelece os critérios técnicos, financeiros, procedimentos e prioridades que serão aplicados no referido Programa.

Foi necessário, então, compatibilizar o Plano, de forma a atender a todas as unidades existentes no meio urbano e rural, tendo em vista existirem, nos citados documentos legais, diferenças de critérios para priorização das unidades a serem atendidas.

Durante o ano 2004, a distribuidora assinou Termo de Compromisso com o Ministério de Minas e Energia - MME e com o respectivo Governo Estadual, com a interveniência da ANEEL e da ELETROBRÁS, para o estabelecimento das premissas relativas à implantação do Programa LUZ PARA TODOS, no que tange à origem dos Recursos Financeiros e Metas, cujos percentuais de

participação, anos de conclusão dos planos, valores a serem investidos e quantidade de consumidores a serem atendidos encontram-se abaixo:

<u>Participações</u>	<u>%</u>
Governo Estadual	20
Governo Federal-CDE	55
Distribuidora – RGR	10
Distribuidora – próprios	15
Ano de Conclusão	2008
R\$ milhões a investir	162,10
Consumidores a atender	44.100

No que diz respeito à universalização urbana, o prazo para atendimento é mais dilatado que o previsto para a universalização rural, como destacado abaixo, sendo que os recursos a serem aplicados para o meio urbano serão, na sua totalidade, de responsabilidade da distribuidora, cujos valores aproximados, bem como o número de consumidores a serem atendidos, são:

<u></u>	<u>SAELPA</u>
Ano de Conclusão	2.013
R\$ milhões a investir	7,5
Consumidores a atender	8.206

Pelos números apresentados, verifica-se que a empresa terá seu mercado sensivelmente aumentado com a ligação dos consumidores contemplados pelo respectivo Plano de Universalização, ressaltando-se que, além desse, estarão sendo conectados ao sistema da distribuidora aqueles oriundos do crescimento vegetativo, já que os aqui indicados compõem apenas o déficit atual.

Em resumo, serão investidos R\$169,6 milhões pela SAELPA, no período de 2004 a 2013 visando à universalização dos serviços de energia elétrica na área de concessão, com acréscimo de 52.306 novos consumidores ao mercado da SAELPA.

A Administração tem plena ciência do desafio que será a implantação desse Programa, no qual serão aplicados valores que praticamente duplicam os investimentos da Companhia, considerando os que estarão sendo investidos na ampliação do sistema para atender ao crescimento vegetativo, no acréscimo da capacidade instalada e na manutenção das instalações existentes. Entretanto, sabem, também, que tais investimentos contribuirão, em muito, para eliminar perdas de energia existentes atualmente, bem como para minimizar diferenças regionais, além de ampliar o mercado consumidor, com reflexos diretos nas potencialidades de crescimento do Estado da PARAÍBA.

15 Diferido

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Custo de Aquisição de Softwares	4.274	3.618
Amortização acumulada	<u>(1.712)</u>	<u>(1.022)</u>
Total	<u>2.562</u>	<u>2.596</u>

16 Fornecedores

	2004	2003
CIRCULANTE		
Suprimento:		
CHESF	27.451	43.266
Contratos Bilaterais	17.082	9.661
Energia Livre	10.357	7.419
Uso da rede básica	4.842	3.888
Conexão à rede	184	179
Uso do sistema de distribuição (CUSD)	118	34
Materiais e serviços	11.027	7.091
	<u>71.061</u>	<u>71.538</u>
LONGO PRAZO		
Suprimento:		
Contratos Bilaterais	1.633	-
Energia livre	19.851	22.814
	<u>21.484</u>	<u>22.814</u>
TOTAL	<u>92.545</u>	<u>94.352</u>

17 Empréstimos e financiamentos

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
<u>Em moeda nacional</u>		
.Com juros de até 8% a.a. e atualização monetária com base na variação da taxa Finel, RGR (Eletrobrás)	5.042	6.994
.Com juros de 1% a.m. e atualização monetária com base na variação da TR (Funasa)	2.999	4.705
.Com juros de 1,7 a 15,39% a.a. acima da taxa de variação do CDI (Bancos: Mercantil, Sofisa, Schahin, Bradesco, Rural, Bic Banco, Unibanco, Industrial, ABC Brasil, HSBC, Itaú, BBM, Brascan, BVA, Santos, Banif, Primus, BMC, Pine, Fibra, Guanabara, Daycoval, Cruzeiro do Sul, Nordeste, Santander Brasil e Lemon Bank)	108.441	88.234
.Com juros de até 4,5 a 5,5% a.a. e atualização monetária com base na variação da TJLP (Unibanco, BNL, Finame-HSBC e Bic Banco)	264	634
.Com juros de até 1% a.m. e atualização monetária com base na variação do INPC (Funasa)	911	1.450
.Com juros de até 2% a.a. e atualização monetária com base na variação do CDI (HSBC Compror)	-	1.359
.Com juros de 1% a.a. e atualização monetária com base na variação da Taxa Selic (BNDES)	7.316	34.853
.Com juros de 1% a a, e atualização monetária com base na variação da Selic (BNDES) – RTE	29.322	-
.Com juros de 6% a a, e atualização monetária com base na variação do IGPM (M. Dias Branco Indústria)	1.402	-
Total	<u>155.697</u>	<u>138.229</u>
.Parcela de curto prazo	111.743	81.162
.Parcela de longo prazo	43.954	57.067

Os financiamentos obtidos junto a Eletrobrás e às instituições financeiras estão garantidos por parcelas da receita até o valor do financiamento.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no ano:

<u>Moeda/indicadores</u>	<u>2004</u>	<u>2003</u>
TJLP	9,81%	11,50%
SELIC	16,25%	23,35%
Finel	2,48%	1,70%
TR	1,82%	4,65%
CDI	16,17%	23,25%
INPC	6,13%	10,38%
IGPM	12,42%	8,69%

Em 31 de dezembro de 2004, os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	<u>2004</u>
2006	29.303
2007	9.839
2008	3.325
2009	350
2010	350
Após 2010	787
	<u>43.954</u>

18 Parcelamento de impostos

Em 31 de julho de 2003, a SAELPA aderiu ao Parcelamento Especial – PAES, instituído pela Lei 10.684 de 30 de maio de 2003, que possibilitou o parcelamento de débitos vencidos até 28 de fevereiro de 2003, junto a Secretaria da Receita Federal, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS em até 180 parcelas. A SAELPA, também parcelou seus débitos fiscais de ICMS junto ao Governo Estadual. Em 31 de dezembro, a liquidação desses débitos está assim programada:

Ano	2004	2003
2004	-	15.282
2005	15.536	15.282
2006	15.536	15.282
2007	15.536	15.282
2008	15.536	15.282
Após 2008	64.183	53.839
Total	<u>126.327</u>	<u>130.249</u>
Parcela de curto prazo	16.464	15.282
Parcela de longo prazo	109.863	114.967

19 Patrimônio líquido

19.1 Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 619.889.939 ações ordinárias, 111.170.274 ações preferenciais classe "A" e 147.076 ações preferenciais classe "B", todas

nominativas sem valor nominal. As ações preferenciais não possuem direito de voto e têm prioridade na distribuição de dividendos sendo:

- . Classe A – Dividendos mínimos não cumulativos de 10% ao ano, calculados sobre o capital atribuído a essa classe;
- . Classe B - Dividendos obrigatórios não cumulativos previstos no estatuto social.

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76, e a constituição de uma reserva de 5% do lucro líquido, limitada a 80% do capital social para renovação e ampliação de instalações e para investimentos, com a finalidade de assegurar o desenvolvimento das atividades sociais, ou terá outra destinação que, pela assembléia geral, lhe for dada.

19.2 Redução de imposto de renda

Constituída com a redução do valor de imposto de renda e adicionais no montante de R\$5.819.

A SAELPA por atuar no setor de infra-estrutura na região Nordeste, obteve a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através dos Laudos Constitutivos nºs 0112 e 0113/2004 – ADENE emitidos em 31/03/2004.

A SAELPA obteve direito a redução do impostos de renda calculado sobre o lucro de exploração de 75% , para o período de 2003 a 2012.

20 Fornecimento de energia elétrica

	Não auditado					
	Número de consumidores		MWh		R\$	
	2004	2003	2004	2003	2004	2003
Residencial	731.498	709.599	743.241	720.611	225.234	181.298
Industrial	4.439	4.518	672.251	683.733	118.773	98.704
Comercial	60.002	58.694	342.687	339.289	101.081	81.210
Rural	55.060	46.150	126.055	103.826	17.406	12.242
Poder público:						
Federal	452	447	29.005	27.642	15.366	12.412
Estadual	2.371	2.344	39.527	37.669	12.192	9.850
Municipal	8.769	8.672	49.787	47.449	8.089	6.534
Iluminação pública	389	318	146.204	151.538	24.843	21.655
Serviço público	708	767	142.124	154.479	28.411	24.309
Consumo próprio	104	100	3.242	3.196	-	-
Subtotal	863.792	831.609	2.294.123	2.269.432	551.395	448.214
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	3.581	2.136	1.943	2.947
Suprimento de energia elétrica	3	3	98.477	99.839	9.490	4.949
Outros serviços taxados	-	-	-	-	8.796	3.546
Total	863.795	831.612	2.396.181	2.371.407	571.624	459.656

O fornecimento de energia elétrica apresentado acima, inclui ICMS no montante de R\$100.370 (82.303 em 2003).

21 Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

Natureza do gasto	Custo dos Serviços			Despesas operacionais		Total	
	Com Energia	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	2004	2003
Energia elétrica comprada para revenda	181.401	-	-	-	-	181.401	165.527
Encargo de uso-sist. de trans. e distrib.	33.898	-	-	-	-	33.898	28.831
Pessoal e administradores	-	13.919	123	11.567	11.646	37.255	28.674
Entidade de previdência privada	-	2.819	25	2.343	2.159	7.346	3.202
Material	-	2.936	1.378	1.851	259	6.424	5.406
Serviços de terceiro	-	9.512	1.060	3.342	12.204	26.118	22.803
Depreciação e amortização	-	16.450	-	434	1.769	18.653	17.284
Provisão p/créd. liquidação duvidosa	-	-	-	10.876	-	10.876	(9.465)
Provisões para contingências	-	4.806	-	-	792	5.598	(495)
Conta de desenv.energético - CDE	-	1.992	-	-	-	1.992	695
Quota de CCC	-	23.408	-	-	-	23.408	11.362
Outras	-	3.290	90	4.129	5.104	12.613	7.058
Total	215.299	79.132	2.676	34.542	33.933	365.582	280.882

22 Remuneração dos Administradores.

A rubrica "Despesas de pessoal" inclui o montante de R\$1.742 (R\$884 em 2003), referente a remuneração dos administradores.

23 Provisões para Contingências

A Administração da SAELPA, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para contingências de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

Contingência	2004			2003		
	Valor da Provisão		Depósitos Judiciais	Valor da Provisão		Depósitos Judiciais
	No exercício	Acumulada		No exercício	Acumulada	
Longo prazo:						
Trabalhista	4.806	36.910	29.327	3.901	32.104	18.910
Cíveis	1.769	28.807	4.873	1.144	27.038	2.746
Fiscais	943	15.914	-	(5.540)	14.971	-
	7.518	81.631	34.200	(495)	74.113	21.656

No exercício de 2004, do montante de R\$7.518 de acréscimo de provisão, R\$1.920 está contabilizado em "Outras despesas financeiras" e R\$5.598 em "Provisão para contingências". Em 2003, R\$495 foi contabilizado como "Reversão de provisão para contingências".

. Contingências trabalhistas

Durante o exercício de 2004, foi efetuada análise específica dos processos trabalhistas em andamento por assessoria jurídica independente e, em consequência disso, constatou-se a

necessidade de provisão adicional para cobrir prováveis perdas. A maioria dessas ações tem por objeto pedidos de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

. Cíveis

Nos processos cíveis discute-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos à Saelpa resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor do diferencial pago à época.

. Fiscais

Refere-se basicamente a provisão de COFINS, sendo certo que, além desse tributo, as contingências fiscais da SAELPA envolvem discussões relacionadas, basicamente, a PIS/PASEP, ISS, ICMS e CSLL. Os referidos processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, seja por estar em trâmite os processos administrativos, seja porque se encontram devidamente garantidas as execuções fiscais em andamento.

A administração da Companhia, entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de nossos consultores jurídicos, foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de êxito foi estimada como remota para a Saelpa.

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$9.639 (R\$8.725 em 2003), cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível e, conseqüentemente não requer a constituição de provisão nas demonstrações financeiras.

ICMS de subvenções de baixa renda

O convênio Confaz 79/04, publicado no DOU de 30 de setembro de 2004, autoriza aos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraíba, entre outros, a dispensar de multas e juros relativos ao ICMS sobre a subvenção econômica concedida aos consumidores enquadrados na subclasse residencial baixa renda do período de 31 de agosto de 2004 (Paraíba). Baseado na opinião de seus consultores jurídicos, que classificam a causa como êxito possível, a Administração não constituiu provisão sobre essa contingência. A que se ressaltar, que por prudência, a Saelpa passou a incidir o ICMS sobre a subvenção econômica dos consumidores baixa renda a partir do faturamento de dezembro de 2004. A Administração vem mantendo contato com o Governo Estadual visando a desobrigação do recolhimento do ICMS do período retroativo. O valor do ICMS do período de maio de 2002 a novembro de 2004 monta em R\$11.885.

24 Cobertura de seguros

A política de Seguros da Saelpa baseia-se na contratação de seguros com coberturas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

<u>RAMOS</u>	<u>DATA DE VENCIMENTO</u>	<u>COBERTURA SECURITÁRIA</u>	<u>PRÊMIO ANUAL</u>
Riscos nomeados:			
Incêndio, Raio, Explosão, Danos Elétricos, Vendaval, Furacão, Fumaça, Tumulto, Riscos Diversos e Equipamentos Móveis..	23/10/2005	16.100	108
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2005	14.640	213
Automóveis - Danos Materiais e Corporais	23/10/2005	até R\$200 mil /veículo	78
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	1/12/2005	30.746	106
			505

25 Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, encontram-se registrados nas contas patrimoniais por valores compatíveis com os praticados pelo mercado. A SAELPA não opera com derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

26 Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A SAELPA é patrocinadora de plano de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de benefício definido. O plano de benefícios definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamentos atuais e futuros.

A seguir, apresenta-se a característica do plano de benefícios:

Empresa	Plano Beneficiário	Contribuição Anual		% s/folha de pagamento	Déficit Atuarial	
		2004	2003		2004	2003
SAELPA	Funasa	4.275	3.672	13,80	27.426	24.355

(*) R\$ 7.042 (R\$4.591 em 2003) foram contabilizados no passivo circulante e R\$ 20.384 (R\$19.764 em 2003) no exigível a longo prazo.

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC – Secretaria de Previdência Complementar, são determinadas por atuário externo, contratado pela Funasa, o qual emitiu parecer datado 2 de março de 2005, sem apresentar nenhum comentário que representasse qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pela administração da Fundação.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria, em 31 de dezembro de 2004 e 2003, de acordo com as regras estabelecidas pela NPC-26 do IBRACON, aprovada pela Deliberação 371 da CVM. O Método da Unidade de Crédito Projetada foi utilizado para apuração da obrigação atuarial:

	Funasa	
	2004	2003
Valor presente das obrigações atuariais	(98.354)	(102.036)
Valor justo dos ativos do plano	47.966	50.671
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(50.388)	(51.365)
Perdas atuariais não reconhecidos	22.962	27.010
Superávit (déficit) líquido	(27.426)	(24.355)

Demonstração das despesas para o exercício de 2005, segundo critérios da Deliberação 371 da CVM:

Custo do serviço corrente	1.554
Custo dos juros	10.378
Rendimento esperado do ativo do plano	(5.052)
Perdas atuarias não reconhecidas	722
Contribuições dos empregados	(560)
Despesas previstas para 2005	7.042

Demonstração da movimentação do passivo atuarial líquido do exercício:

Passivo atuarial líquido no início do exercício	24.355
Despesas correntes	7.346
Contribuições da Companhia	(4.275)
Passivo atuarial líquido do final do exercício	27.426

Em 31 de dezembro de 2004 a demonstração do valor justo dos ativos é apresentada como segue:

Valor justo dos ativos no início do exercício	50.671
Benefícios pagos	(7.765)
Contribuições de participantes vertidas no ano	617
Contribuições da patrocinadora vertidas no ano	4.275
Rendimento efetivo dos ativos	168
Valor justo dos ativos	47.966

Demonstração dos passivos atuariais:

Saldo no início do exercício	102.036
Benefícios pagos no caixa	(7.765)
Juros sobre obrigação atuarial	11.119
Custo do serviço corrente (com juros)	1.269
Ganhos nas obrigações atuariais	(8.305)
Saldo no final do exercício	98.354

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

Hipóteses Econômicas

	SAELPA
Taxa de desconto atuarial	6% a.a.
Taxa de rendimento esperado dos ativos	11% a.a.
Reajuste do benefício	0% a.a.
Crescimento salarial	0,5% a.a.
Inflação projetada	5% a.a.

Hipóteses Demográficas

	SAELPA
Tábua de mortalidade	UP-84
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPC
Tábua de entrada em invalidez	IAPB-57

A seguir apresentamos um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela SAELPA aos seus empregados:

<u>Descrição</u>	<u>SAELPA</u>
Participantes Ativos	
Número	637
Idade Média	43.73
Tempo de participação (anos)	19.50
Salário de Participação Médio	R\$1.623
Participantes Assistidos	
Número	477
Idade Média	63.59
Benefício Médio Mensal	R\$1.105
Pensionistas	
Número de Pensionistas	171
Benefício Médio por Grupo Familiar	R\$458

Adicionalmente, conforme divulgado na nota explicativa nº 17, a patrocinadora tem contrato firmado com a Funasa relacionado a financiamentos junto a este plano.

27 Resultado não operacional

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	2.504	936
Prejuízo na desativação/alienação de bens e direitos	(1.696)	(1.402)
Outras receitas (despesas) não operacionais	<u>(202)</u>	<u>180</u>
Total	<u><u>606</u></u>	<u><u>(286)</u></u>

28 Contrato de concessão de distribuição

Em 15 de janeiro de 2001, foi outorgado à SAELPA a distribuição de energia elétrica em 216 municípios no Estado da Paraíba, pelo prazo de 30 anos. O contrato de concessão já foi homologado junto à ANEEL.

29 Resultado por atividade

A ANEEL através do Ofício Circular nº 2.306/2004 – SFF/ANEEL, de 24/12/2004, dispensou a publicação de forma segregada das atividades de distribuição e comercialização, em face da ausência de definição da tarifa de transferência de receita da atividade de comercialização para a atividade de distribuição.

A SAELPA somente exerce as atividades de distribuição e comercialização de energia elétrica. Dessa forma a demonstração do resultado atende ao Ofício Circular nº 838/2000 da ANEEL.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Acionistas e Administradores da
SAELPA – Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba
João Pessoa – PB

1. Examinamos os balanços patrimoniais da SAELPA – Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba, levantados em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SAELPA – Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Em 31 de dezembro de 2004, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 50.518 mil (R\$ 35.743 mil em 2003), e um endividamento de curto e longo prazo, apresentado nas rubricas “encargos de dívidas” e “empréstimos e financiamentos” no montante de R\$ 157.681 mil (R\$ 139.099 mil, em 2003), que tem contribuído para impactar negativamente o resultado das operações dos últimos exercícios. Conforme detalhado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, prosseguindo com o programa de reestruturação de dívidas iniciado em 2003, a Administração vem negociando junto aos bancos alternativas de financiamentos a um custo financeiro menor que os atualmente contratados. Na avaliação da Administração, a confirmação dessas negociações, associada à existência de projeções internas de resultados positivos serão suficientes para adequar a liquidez à manutenção das operações da Companhia, bem como reduzir progressivamente o referido endividamento e seus respectivos encargos financeiros.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2005

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/S-PB

Iara Pasian
Contadora
CRC nº 1 SP 121517-3/S-PB